

28 COMERCIANTES MARIANENSES NO PREJUÍZO

Moradores e comerciantes atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais, debateram, nesta terça-feira (20), os problemas que estão enfrentando. Mais de um ano e meio após a tragédia, os sobreviventes lutam para ter os direitos respeitados, e as promessas da Samarco, cumpridas.

Além de todo prejuízo com a perda das casas e das terras, alguns comerciantes das cidades atingidas pelo rejeito de minério ainda estão sem receber. A empresa Gonçalves e Costa fechou as portas em abril sem pagar os fornecedores.

De acordo com o promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, 28 comerciantes foram lesados e a dívida chega a quase R\$ 1,8 milhão o que, segundo ele, agravou ainda mais a crise na cidade.

O empresário Evaldo Carneiro disse que a empresa deixou de pagar R\$ 131 mil de refeições que ele forneceu. Carneiro disse que já demitiu funcionários e que se a dívida não for paga outros perderão o emprego. A Fundação Renova promete quitar as dívidas com os comerciantes em até duas semanas.

O Ministério Público (MP) e moradores também reivindicaram que a Fundação Renova priorize a contratação de empresas e trabalhadores de Mariana. Uma forma de minimizar o impacto do desemprego causado pela paralisação das atividades da mineradora Samarco. O reassentamento dos atingidos também foi assunto da audiência pública.

Os moradores que precisaram deixar as suas casas reclamam que mais de um ano e sete meses do rompimento da barragem continuam morando de aluguel, e que a reconstrução dos vilarejos ainda não começou.

O produtor rural Jadir Arantes disse que perdeu a fonte de renda e também não aguenta mais esperar. Ela reclamou da demora para a solução do problema e disse que perdeu nove hectares de terra, que eram usados para a sobrevivência dele.

A Fundação Renova promete começar a construção dos vilarejos em outros terrenos ainda neste ano.

O gerente de Execução de Projetos da Fundação Renova, Álvaro Pereira, falou que já tem os projetos aprovados pela comunidade e que o próximo passo é providenciar os licenciamentos ambientais. Ele acredita que a terraplanagem saia em agosto.

Segundo o MP, as reivindicações e propostas serão um novo passo em busca de soluções, que serão discutidas em uma nova audiência pública.